

## A construção histórica do desenvolvimento sustentável e o papel das Nações Unidas

Altacir Bunde\*, Kamilla Raquel Rizzi\*\* e Paulo Roberto Carvalho\*\*\*

**Resumo:** Este artigo realiza uma revisão da literatura acerca da definição de Desenvolvimento Sustentável. Interessa-nos o período histórico que compreende seu surgimento nos anos 1970 e contempla as Conferências das Nações Unidas de 1972, 1992, 2002 e 2012, especialmente. A emergência do Desenvolvimento Sustentável como projeto político e social tem promovido grandes esforços no sentido de viabilizar uma sociedade sustentável a partir das demandas, ações e negociações realizadas nas Conferências das Nações Unidas. Tendo esse contexto em vista, nosso objetivo é analisar como a realização dessas Conferências ampliou a discussão mundial sobre o desenvolvimento sustentável, fazendo-a extrapolar o patamar das preocupações estritamente ambientais para as de cunho sócio-político e econômico em todos os níveis do sistema mundial (local, regional, nacional e internacional) na transição para o período pós-Guerra Fria.

**Palavras-chave:** desenvolvimento sustentável; ecodesenvolvimento; Nações Unidas.

### Introdução

O presente artigo realiza uma revisão histórica e de literatura sobre a construção e maturação do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Desde que surgiu nos anos 1970 com o nome de Ecodesenvolvimento, esses termos – e os conceitos a ele relacionados – têm suscitado controvérsia crescente na literatura. Reflexões seminais sobre o desenvolvimento surgiram, em todo caso, na década de 1940, na forma dos esforços em promover a reconstrução econômica e social dos países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial. A noção hegemônica de desenvolvimento econômico pós-conflito associada ao progresso derivava, antes disso, das duas Revoluções Industriais (séculos XVIII e XIX) e partia da premissa de que esse padrão poderia ser universalizado.

Do fim da guerra até a década de 1970 entrou em curso um amplo processo de reconstrução econômica e social nas nações desenvolvidas do Norte; o movimento foi comandado pelos Estados Unidos da América, que ocupavam aí a posição de líder do bloco

---

\* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Adjunto de Economia Brasileira dos cursos de Ciências Econômicas e de Relações Internacionais, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (altacirbunde@unipampa.edu.br).

\*\* Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Associada de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). (kamillarizzi@unipampa.edu.br).

\*\*\* Especialista em Desenvolvimento Territorial e Agroecologia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), unidade Santana do Livramento. Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela UERGS. (paulo0475.pc@gmail.com).

capitalista. Por um lado, desse processo surgiu gradualmente a preocupação com os limites dos recursos naturais, o que se manifestou em particular nas discussões do Clube de Roma, em 1972. No mesmo período, por outro lado, também se ampliava, a partir das teses defendidas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a discussão sobre desenvolvimento no Sul Global; entre os tópicos estavam a deterioração dos termos de troca, o sistema centro-periferia ou a própria noção de “subdesenvolvimento”. Para Cassol; Niederle (2016), citando Bielschowsky (2000, p. 35) há centralidade na “ação estatal em apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino” [...]. **Esta centralidade do Estado funda-se em razões sociais e históricas** estreitamente vinculadas à própria ascensão da teoria do desenvolvimento (CASSOL; NIEDERLE, 2016, p. 31, **grifo nosso**).

Tratava-se, nesse ponto, de uma noção de desenvolvimento mais identificada com o crescimento industrial e com a contestação das estruturas internacionais; a dimensão social ficava em um segundo plano. Para Romeiro (2012), até aquele momento,

[...] o grande embate sobre desenvolvimento econômico opunha, **de um lado, aqueles que viam o quadro de desigualdade mundial como um problema de estágios históricos do processo de crescimento econômico**; ou seja, cada país seria capaz de em dado momento iniciar uma trajetória de crescimento econômico sustentado, esse visto como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento social [...] **De outro lado estavam aqueles que viam tanto a desigualdade internacional quanto a desigualdade nacional (distribuição de renda concentrada em países pobres) como consequência de alguma forma de articulação perversa entre países ricos e pobres, em benefícios dos primeiros e de uma minoria, uma pequena elite, nos últimos**. Ou seja, a desigualdade era resultante, fundamentalmente, de causas exógenas, relacionadas à forma de inserção desfavorável dos países pobres na divisão internacional do trabalho (ROMEIRO, 2012, p. 68, **grifo nosso**).

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, no contexto político, econômico e social mundial dos vencedores da Segunda Guerra Mundial. Tornou-se a principal organização internacional por abarcar objetivos amplos e a participação de praticamente todos os Estados do sistema mundial. Instituída para promover a segurança internacional, a ONU passou a destacar que a paz não é gerada somente por meio de ações militares, mas também por meio de “padrões de vida mais elevados, pleno emprego e condições de progresso econômico e social e de desenvolvimento [...]”, conforme artigo 55, da Carta de São Francisco.

Para Dervort, “[...] a emergência de uma comunidade mundial das nações com um conjunto funcional de diferenciadas instituições para tomada de decisões políticas e o conjunto de princípios legais que definem as suas funções é o mais importante desenvolvimento do século XX” (DERVORT, 1998, p. 9, tradução nossa). Desde 1945, o sistema das Nações Unidas tem, assim, imprimido no sistema mundial características importantes; conseqüentemente, pautas relativas à paz e segurança, desenvolvimento e processos de integração e cooperação bi, tri e multilateral se tornaram a essência das políticas externas dos Estados.

Durante parte da Guerra Fria, compreendida como conflito intersistêmico (HALLIDAY, 1999), questões sociais – como a do desenvolvimento – foram relegadas ao segundo plano, predominando em seu lugar o debate relacionado à segurança militar. Foi só a partir dos anos 1960 que os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (i.e., os países do Sul Global) passaram a objetar que essa ajuda propaga e perpetua sua própria situação de pobreza e dependência em relação aos países desenvolvidos. As descolonizações afro-asiáticas e a coexistência pacífica da Guerra Fria gradualmente alteraram o número e o *status* dos Estados-membros das Nações Unidas (notoriamente na Assembleia Geral), que passou a ouvir o crescente debate em torno do tema ambiental e de formas alternativas de desenvolvimento. Desse modo, o tema ambiental foi também, pouco a pouco, introduzido na pauta mundial, como se verá a seguir.

Antes de prosseguir, contudo, convém dissipar uma confusão entre os temas Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável — ainda que os dois pareçam equivalentes à primeira vista, de fato se referem a coisas diferentes. Sustentabilidade é a capacidade que um sistema tem de se adaptar às mudanças; Desenvolvimento Sustentável é a mudança intencional do sistema para responder às necessidades da população. Dito de outro modo, o desenvolvimento sustentável “é o caminho para se alcançar a sustentabilidade” (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 34).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável que se consolidou ao longo das décadas é muito amplo; desde 1970, ele vem incorporando diferentes interpretações em relação à cada área do conhecimento. Mesmo assim, pode-se dizer que algo se aproxima, a saber, o fato de quase todas as definições disponíveis na literatura terem como base a

interdisciplinaridade intrínseca, a relação triangular equilibrada economia-sociedade-ambiente e, como consequência, os princípios da sustentabilidade. Para Rodrigo (2015, p. 265), estes componentes “[...] son complementarios, interdependientes y están interrelacionados entre sí, cada uno de ellos es un objetivo parcial y requisito imprescindible para la consecución de los demás y del objetivo global del desarrollo sostenible”.

O termo ‘Sustentabilidade’ surgiu nos debates sobre recursos renováveis e foi posteriormente adotado pelo movimento ecológico, no contexto do qual passou a designar a existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana. No meio empresarial, a sustentabilidade ambiental é vista como a “desmaterialização da atividade econômica, já a sustentabilidade econômica é a manutenção de capital natural, condição necessária para não haver decréscimo econômico”. A ideia de Sustentabilidade implica três tipos de interesses: econômico (equalização das condições de vida), social (equalização das condições de vida entre ricos e pobres) e ambiental (interesses das gerações futuras não comprometidas pela satisfação da geração atual). Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente sustentado (ou eficiente), socialmente desejável (ou incluyente) e ecologicamente prudente (ou equilibrado) (ROMEIRO, 2012).

Embora com diferentes entendimentos, deve-se passar para as gerações futuras pelo menos o que nossa geração herdou das anteriores. Deve-se levar em conta a situação e características de cada região (loca, regional, global), onde pode ocorrer eficácia em um local e não em outro, não devendo generalizar métodos utilizados. A sustentabilidade é um conceito que diz respeito à maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza; condiz com o crescimento econômico baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (LOZANO, 2012 *apud* SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). O conceito de sustentabilidade, atrelado ao conceito de desenvolvimento sustentável, introduz a exigência de resolução para três tipos de interesses ou conflitos, conforme SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014:

- (i) o interesse da geração atual em melhorar suas reais condições de vida (sustentabilidade econômica), (ii) a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres (sustentabilidade social), e (iii) os interesses das gerações futuras que não estão comprometidas pela

satisfação das necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental) (HORBACH, 2005 *apud* SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 5).

O presente artigo, assim, examina os contextos sociopolítico e econômico em que ocorreu e se aprofundou a construção da ideia de Desenvolvimento Sustentável desde a década de 1970, principalmente a partir das Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Seu objetivo é identificar como a construção e maturação do conceito de Desenvolvimento Sustentável ocorreu nas discussões e ações da própria ação da ONU, via Conferências. Como problema de pesquisa busca-se avaliar qual o papel dessas Conferências no aprofundamento do debate acerca do Desenvolvimento Sustentável, desde a década de 1970 no sistema mundial. Preliminarmente, a hipótese de pesquisa aponta que a realização das citadas Conferências da ONU desde 1972 foram fundamentais para o avanço da pauta ambiental na agenda internacional, consolidando-a como científica, político-econômica e social. Profundamente interdisciplinar, a temática proposta perpassa a análise de assuntos políticos, econômicos, sociais e ambientais e enfatiza o papel essencial dessa integração entre saberes para que se possa compreender o Desenvolvimento Sustentável. Compreende-se que usar a interdisciplinaridade como pressuposto de pesquisa significa dispor-se a desvendar, nesse objeto de estudo, as múltiplas determinações e conjunturas históricas que o constituíram. Assim, concordamos com Frigotto (2008) quando este afirma que

[...] Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. **É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável** (FRIGOTTO, 2008, p. 44, **grifo nosso**).

De forma semelhante, para Capra (1982 *apud* FRIGOTTO), a partir da década de 1970, a visão renovada da realidade local, regional, nacional e internacional, associada a uma “concepção sistêmica da vida baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão requer que se transcendam as fronteiras disciplinares e conceituais” (CAPRA, 1982 *apud* FRIGOTTO, 2008, p. 66).

Em complemento, metodologicamente, a pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, pois os dados analisados não são numéricos, e sim valores, conceitos, contextos,

relações político-econômicas e sociais. Interessa-nos, portanto, a interpretação e sua relação com o objeto de estudo. Para MINAYO (2001, p. 52), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Em lugar de nos dedicarmos a suas partes específicas, buscamos compreender, com esse método, a totalidade do fenômeno relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável, analisando-o em seu contexto local, regional, nacional e internacional. Esta é uma pesquisa de cunho descritivo-explicativo quanto aos objetivos, baseada nos procedimentos de pesquisa documental e bibliográfica ao longo da qual aplicamos o método hipotético-dedutivo.

### **A construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável desde o Ecodesenvolvimento: da década de 1970 a 1990**

A década de 1970 é um momento importante de transformações relativas ao conceito de desenvolvimento. Na virada de 1960 para 1970, o sistema mundial se pautava por um forte questionamento acerca do modelo ocidental de desenvolvimento, baseado no sistema capitalista-financeiro que emergira após a Segunda Guerra Mundial. Os EUA estavam envolvidos na Guerra do Vietnã, ao mesmo tempo, eram absorvidos por suas próprias tensões internas; a Europa Ocidental ainda era agitada pelas consequências de 1968. Os problemas, no entanto, não se manifestavam apenas nessas esferas e se faziam sentir no bloco socialista. As dificuldades enfrentadas pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na Tchecoslováquia e a introdução de uma nova doutrina não conseguiram amenizar o agravamento da crise econômico-política que se tornaria irreversível posteriormente. Além desses polos de poder, havia também os países do Sul, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (designados como “Terceiro Mundo”). Alguns desses países se reuniram em torno do Movimento dos Países Não Alinhados, por meio do qual questionavam progressivamente a busca por soluções para os crescentes problemas sociais e econômicos.

Foi justamente a partir do ano de 1968 e de seus movimentos de contestação política, social e cultural que as preocupações ambientais em torno de um movimento organizado (“os verdes”) se ampliaram. Para Lago (2013), a real força desse movimento

ecológico foi consequência também dos efeitos negativos da industrialização (tráfego, poluição, barulho) nas classes médias dos EUA e Europa Ocidental: elas passaram a questionar esses efeitos sobre o meio ambiente, uma vez que tinham “supridas as suas necessidades básicas nas áreas de saúde, habitação, educação e alimentação” e estavam prontas a “alterar suas prioridades para abraçar novas ideias e comportamentos que alterassem diretamente seu modo de vida” (LAGO, 2013, p. 24)

Em 1972, uma reunião do Clube de Roma<sup>1</sup>, em Estocolmo, gerou o “Relatório Limites do Crescimento”<sup>2</sup>. Esse estudo utilizou o World3, um modelo computacional desenvolvido por Jay Forrester para simular a evolução da economia mundial a partir da interação entre seres humanos e meio ambiente, o qual levou em consideração o aumento populacional e o esgotamento dos recursos naturais, um documento que apresentava o ponto de vista global em relação à distribuição de renda, êxodo rural, exploração abusiva dos recursos naturais e que teve impacto político internacional definitivo<sup>3</sup>. O documento deixou evidente, pela primeira vez, de forma explícita, o “caráter predatório do processo de civilização” (FURTADO, 1996, p.12).

As soluções apresentadas colocavam em questão aspectos centrais da sociedade industrial moderna, mas sugeriam ações drásticas nas áreas de crescimento populacional e de preservação dos recursos naturais – problemas diretamente associados aos Estados do Sul Global, o Terceiro Mundo. Os países do Terceiro Mundo, por sua vez, viam com receio o apoio do Clube de Roma às ideias de alguns setores do movimento ecológico que interpretavam o desenvolvimento do Sul como uma ameaça ao meio ambiente: “para estes

---

<sup>1</sup> As reuniões do Clube de Roma aconteceram a partir de 1968, por iniciativa do industrial italiano Aurélio Peccei e do cientista escocês Alexander King, com patrocínio de empresas multinacionais como Fiat e Volkswagen. Os encontros reuniam em torno de 70 cientistas, acadêmicos, industriais, economistas e representantes de instituições públicas de países desenvolvidos. As discussões giravam em torno da preocupação com alternativas que possibilitassem mudanças de paradigmas econômicos e sociais e, por consequência, o modo como afetam o meio ambiente.

<sup>2</sup> Também conhecido como “Relatório Meadows”, por ter sido elaborado por uma equipe de cientistas do Instituto de Tecnologia de Massachusetts/MIT, liderada por Dennis e Donella H. Meadows.

<sup>3</sup> Lançado em março de 1972, o livro analisava aspectos da tese segundo a qual a sociedade moderna se encaminha para a “autodestruição, visão cada vez mais explorada naquele momento, que fez com que diversos autores devolvessem popularidade às teorias de Thomas Malthus de que a população mundial ultrapassaria a capacidade de produção de alimentos” (LAGO, 2013, pág. 25).

setores, os países desenvolvidos poluem, mas, se os pobres se desenvolvem, a escala da destruição será muito maior” (LAGO, 2013, p. 26)<sup>4</sup>.

Em pouco tempo, com o relativo avanço das discussões sobre o meio ambiente e a necessidade de mudanças nas legislações ambientais (especialmente nos EUA e Europa Ocidental), os setores da indústria, agricultura e energia começaram a se opor às alterações nessas legislações, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento.

Em junho do mesmo ano – e no mesmo contexto – ocorreu a Conferência de Estocolmo organizada pelas Nações Unidas com o lema oficial “Uma só Terra”, um momento histórico ímpar, que finalmente deu relevância mundial à temática ambiental. Nessa ocasião, criou-se na ONU um órgão específico: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, Quênia, e liderado por Maurice Strong, Secretário-Geral da Conferência. Na cerimônia de abertura da Conferência, Strong declarou que Estocolmo lançava “um movimento de libertação, para livrar o homem da ameaça de sua escravidão diante dos perigos que ele próprio criou para o meio ambiente” (STRONG *apud* LAGO, 2013, p.21).

A partir dos debates promovidos na Conferência introduziu-se a noção de “ecodesenvolvimento”.<sup>5</sup> O termo designa a estratégia de desenvolvimento que rejeita o tipo de crescimento econômico que acarreta degradação ambiental. Inicialmente proposta por Strong e utilizada por Ignacy Sachs mais tarde (a partir de 1974), a ideia de ecodesenvolvimento preconiza que não apenas de crescimento econômico e preocupação social deveria se revestir uma estratégia de desenvolvimento, mas também da responsabilidade com a preservação ambiental. Sachs (economista polonês, naturalizado francês) propôs cinco dimensões da sustentabilidade, a ser entendida como, a) a economia do crescimento (que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados); b) o social distributivo (que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por outro crescimento e subsidiado por outra visão do que seja uma

---

<sup>4</sup> Várias outras publicações foram lançadas nesse momento, com a temática ambiental como foco, e que causaram relativa polêmica e repercussão. Para maiores informações, ver Lago (2013).

<sup>5</sup> Com o lançamento do Relatório Brundtland, tem-se o abandono da nomenclatura ‘ecodesenvolvimento’ e a adoção do termo “Desenvolvimento Sustentável” como norma (ROMEIRO, 2012).

sociedade boa); c) o cultural como pertença local (incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área); d) o ambiental para preservação (intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida); e e) a especialidade do local (que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas).

Para Sachs (1981), o ecodesenvolvimento é um

[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo como objetivo responder à problemática dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (SACHS, 1981 *apud* VARGAS; ARANDA; RADOMSKI, 2016, p.104).

Sachs tentava conciliar o caminho da expansão industrial e da movimentação da economia com uma espécie de pedagogia ambiental, ou seja, com a criação de uma consciência do uso adequado dos recursos em prol do bem-estar humano. Para ele

Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor. Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o **objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância** (SACHS, 2008, p. 14, **grifo nosso**).

Fica clara a preocupação com os aspectos econômicos associados com os problemas sociais e ambientais. Montibeller Filho (1993) argumenta que o Ecodesenvolvimento pressupõe

Uma solidariedade sincrônica com a geração atual, na medida em que desloca a lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população; e uma solidariedade diacrônica, expressa na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento (MONTIBELLER FILHO, 1993, p.133).

Para Ribeiro (2012), a proposta de conciliação que o ecodesenvolvimento trazia era “[...] sobre como pode e deve ser o desenvolvimento: é possível manter o crescimento econômico eficiente (sustentado) no longo prazo, acompanhado da melhoria das condições sociais (distribuindo renda) e respeitando o meio ambiente” (RIBEIRO, 2012, p. 69). O autor entende que, no entanto, o crescimento econômico eficiente é visto como condição necessária, porém não suficiente, para o aumento do bem-estar humano, pois [...] a desejada distribuição de renda (principal indicador de inclusão social) não resulta automaticamente do crescimento econômico [...] são necessárias políticas públicas específicas desenhadas para evitar que o crescimento beneficie apenas uma minoria” (RIBEIRO, 2012, p. 69).

Entretanto, e apesar da visibilidade que o tema ambiental ganhara em pouco tempo, ele passou a ser discutido cada vez menos do ponto de vista da comunidade científica e cada vez mais a partir de um contexto político-econômico no âmbito da ONU. Conforme o relatório da Delegação brasileira à Conferência de Estocolmo, o “meio ambiente corresponde a [...] uma problemática essencialmente política. [...] o que realmente importa saber é quem toma as decisões, a quem estas últimas devem beneficiar e a quem deve caber o ônus” (MINISTÉRIO DO INTERIOR *apud* LAGO, 2013, p. 29).

Além dos resultados teórico-paradigmáticos, outro efeito da Conferência foi o aumento do embate político entre países desenvolvidos e em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, presente desde as reuniões preparatórias da Conferência, persistindo mesmo após seu término. Os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos tinham dupla preocupação em relação à temática ambiental: equilibrar a opinião pública interna e internacional a fim de evitar para si próprios instabilidade política e econômica, além de incluir efetivamente na agenda das Nações Unidas, o tema do desenvolvimento como elemento possível de solução das questões relacionadas ao ambiente.

O embate entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e subdesenvolvidos girou em torno da decisão de incluir ou não a temática ambiental no contexto do desenvolvimento econômico e social, “[...] uma de suas prioridades tradicionais no âmbito das Nações Unidas, um dos famosos três “D” – Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento – do discurso de Araújo Castro na XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1963” (LAGO, 2013, p. 43).

Na parte preparatória da Conferência, Strong realizou viagens a países em desenvolvimento e convocou – em junho de 1972, em Founex, Suíça – o Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente<sup>6</sup>.

O Sistema das Nações Unidas saiu fortalecido da Conferência de Estocolmo, pois passou a ter uma nova e atualizada linha mestra de ação (o meio ambiente, com a criação do PNUMA) e porque outras conferências complementares passaram a ocorrer em sequência (Conferência da População, em Bucareste, 1974; Conferência das Mulheres, no México, em 1975; e a Habitat em Vancouver, em 1976). Além disso, a partir de 1972 passou a crescer gradualmente a criação de órgãos nacionais para a causa ambiental em países que ainda não o tinham; junto disso, registrou-se o fortalecimento das organizações não governamentais (ONGs) desse setor. Os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos passaram a participar de forma permanente no PNUMA, nos processos de negociação e nos instrumentos posteriores de cooperação. A ideia do ecodesenvolvimento (resultante de Estocolmo) foi a base para que posteriormente surgisse um novo conceito a partir do qual se pôde confeccionar o modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos países – o desenvolvimento sustentável.

Em 1974 realizou-se um simpósio de especialistas presidido por Barbara Ward, em Cocoyoc, México, organizado pelo PNUMA e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). No evento ocorreram avanços no tocante ao modelo sugerido por Sachs: os debatedores estabeleceram aí a conexão entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas (devido a seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição) e sublinharam a necessidade de alteração dos padrões de produção e consumo dos países industrializados, assim como da busca por maneiras de se construir na prática o que Sachs denomina como

---

<sup>6</sup> Na ocasião, reuniram-se 27 peritos de diversas áreas e foram apresentados 9 *working papers* que articulavam as relações entre meio ambiente e desenvolvimento. Segundo o Relatório do Grupo, intitulado “Report on Development and Environment”, se a degradação ambiental nos países desenvolvidos derivava do modelo de desenvolvimento, nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, eram resultado desse subdesenvolvimento e da pobreza, como: “Em algumas áreas, questões ambientais abrem novas possibilidades para países em desenvolvimento. As mudanças estruturais na produção e no comércio, e a realocação geográfica de empresas produtivas como consequência de considerações ambientais, devem fornecer novas oportunidades para suprir algumas das necessidades de desenvolvimento dos países em desenvolvimento (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 1972, p. 4)

ecodesenvolvimento. O documento intitulado “Declaração de Cocoyoc” tornou-se importante na nova percepção da relação entre sociedade e natureza; desse modo, ao citar ainda uma “nova ordem econômica mundial” e um “consumo sustentável”, incorporou à discussão a ideia de que existem limites ambientais e sociais para o desenvolvimento que devem ser respeitados. De acordo com a Declaração,

[...] el desarrollo no debería estar limitado a la satisfacción de las necesidades básicas. Hay otras necesidades, otras metas y otros valores; o derecho a dar y recibir ideas y estímulos. Hay una profunda necesidad de participar en la formación de la base de existencia de uno mismo, y hacer alguna contribución en la consolidación del futuro del mundo (DECLARAÇÃO *apud* GUTIERREZ-ESPELETA, 2002, p. 110).

Além dessa Declaração, em 1975 foi lançado o “Relatório Dag-Hammarskjöld”<sup>7</sup>, patrocinado pela Fundação de mesmo nome, ao lado do PNUMA e de outros 13 órgãos da ONU<sup>8</sup>. Em 1977, o PNUMA promoveu reunião em Washington para discutir o problema da degradação da camada de ozônio e as mudanças causadas pelas atividades humanas. Como um dos resultados, criou-se pelo PNUMA e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) um Comitê de Coordenação sobre a Camada de Ozônio, que passou a apresentar atualizações semestrais sobre o estado da camada. Em 1981, um grupo de trabalho *ad hoc* passou a preparar a Convenção-Quadro sobre a proteção da camada de ozônio, que ocorreu em 1985, em Viena, Áustria, quando foi formalizada a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio.

Em linhas gerais, o texto da Convenção enunciava uma série de princípios relacionados à disposição da comunidade internacional para propor instrumentos de proteção ao ozônio da camada estratosférica, sugerindo obrigações jurídico-administrativas aos Estados. A Convenção de Viena contribuiu para o surgimento, em 1987, do Protocolo

---

<sup>6</sup> Em referência ao diplomata sueco Dag Hjalmar Agne Carl Hammarskjöld (1905-1961), Secretário-Geral da ONU de 1953 a 1961, quando morreu num acidente aéreo. Nesse mesmo ano, Hammarskjöld foi premiado a título póstumo com o Nobel da Paz.

<sup>8</sup> No Relatório apontou-se de maneira mais contundente a relação entre a atividade humana e a degradação ambiental.

de Montreal<sup>9</sup> sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 1989<sup>10</sup>.

Em paralelo, ainda em 1982, ocorreu a Conferência de Nairóbi, promovida pela PNUMA, onde se criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, cuja chefia foi exercida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Os resultados do trabalho foram lançados em 1987 em documento intitulado “Nosso futuro comum”, também conhecido como “Relatório Brundtland”. Concluiu-se no Relatório que não existe outra solução a não ser a instauração de um desenvolvimento sustentado, caracterizado como aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras. A partir dessa data, a expressão “desenvolvimento sustentável<sup>11</sup> substituiu quase que completamente “ecodesenvolvimento”. Conforme o Relatório,

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (RELATÓRIO, 1987 *apud* SENADO, S/D).

Ainda em 1986, na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, promovida pela IUCN em Ottawa, Canadá, o conceito de *desenvolvimento sustentável e equitativo* foi utilizado, tendo como princípios:

[...] integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social e da diversidade cultural; e manter a integridade ecológica (MONTIBELLER FILHO, 1993, p.135).

Para Montibeller Filho, esse conceito de desenvolvimento sustentável

[é] desenvolvimento, porque não se reduz a um simples crescimento quantitativo. Pelo contrário, faz intervir a qualidade das relações

---

<sup>9</sup> O Protocolo de Montreal estabeleceu metas de eliminação para todas as Partes, respeitando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Desta forma, em 1990, foi instituído o Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal (FML) para prover assistência técnica e financeira aos países em desenvolvimento com recursos provenientes dos países desenvolvidos.

<sup>10</sup> O documento impôs medidas específicas; em especial, cobrou a progressiva redução da produção e consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) até sua total eliminação.

<sup>11</sup> Para Montibeller Filho (1993), o conceito desenvolvimento sustentável é de influência anglo-saxônica (“sustainable development”), utilizado pela International Union for Conservation of Nature (IUCN). O termo tem a tradução oficial francesa de “développement durable” (em português, “desenvolvimento durável”).

humanas com o ambiente natural, e a necessidade de conciliar a evolução dos valores sócio-culturais com a rejeição de todo processo que leva à desculturação. É sustentável, porque deve responder às necessidades da população atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responderem às suas. (MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 135).

De acordo com o Relatório Brundtland, que reafirmou esses princípios da IUCN, os limites ao desenvolvimento sustentável estariam não no modelo de crescimento, baseado na exploração dos recursos naturais e no estímulo ao consumo, mas nas “limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana”. Mas, continua o documento, “tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico” (RELATÓRIO, 1987, *apud* SENADO, s/p).

Outra causa para a destruição ambiental, segundo o Relatório, seria a pobreza, pois “um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza”. Para atender às necessidades básicas de todas as sociedades ao redor do globo terrestre, o documento recomenda “...um crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja um crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas”<sup>12</sup>. Conforme a análise do Senado Federal:

A ideia segue sendo desdobrada em uma lógica circular: onde as necessidades básicas já são atendidas, há desenvolvimento sustentável; se há desenvolvimento sustentável, ele é compatível com o crescimento econômico. E continua: “Mas o simples crescimento não basta. Uma grande atividade produtiva pode coexistir com a pobreza disseminada, e isto constitui um risco para o meio ambiente. Por isso, **o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção, quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades**” (RELATÓRIO, 1987, *apud* SENADO, s/p, **grifo nosso**).

---

<sup>12</sup> Cabe lembrar que os efeitos do Relatório na discussão acerca do desenvolvimento sustentável também foram impulsionados pelo acidente na central nuclear de Chernobyl, na URSS, em 1986. Segundo Guimarães, [...] para os governos dos países industrializados, diante da pressão de sua opinião pública para reduzir níveis de poluição, há duas estratégias, que podem ser simultâneas ou alternativas: a) reduzir suas emissões [...] com custos políticos e financeiros consideráveis/ e/ou b) aumentar a pressão sobre os países subdesenvolvidos, para que reduzam sua pequena participação na degradação do meio ambiente, através de um processo de transferência e de magnificação de responsabilidades (GUIMARÃES, 1992, p. 15-16).

As conclusões do Relatório não poupavam de responsabilidade os países desenvolvidos e em desenvolvimento; oferecem, em todo caso, alternativas para ambos, conclusões comparáveis às do Relatório de Founex. A partir do Relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável acima apresentado passou a ser amplamente aceito e levou às discussões posteriores, que culminaram em 1992.

### **As idas e vindas do Desenvolvimento Sustentável: da década de 1990 aos nossos dias**

No ano de 1992 ocorreu a Rio 92 (ou ECO Rio ou Cúpula da Terra), no Rio de Janeiro, Brasil. Foi, à época, a conferência mais importante promovida pela ONU no âmbito político-ambiental.<sup>13</sup> Para Maurice Strong, novamente Secretário-Geral da Conferência, esse era um “momento histórico para a humanidade”. Para Lagos, outro ponto fundamental foi a realização da Conferência em um país em desenvolvimento (Brasil),

[...] indicação de que o tema não era mais considerado um ‘luxo’ de países ricos, e, sim, uma questão que exigia um engajamento coletivo da comunidade internacional. Os objetivos os países em desenvolvimento e os dos países desenvolvidos continuavam, no entanto, sensivelmente diferentes, não obstante as mudanças de percepção quanto ao tema, as transformações radicais no cenário internacional e o novo papel que se parecia esboçar para as Nações Unidas, com a diminuição das tensões entre as superpotências (LAGO, 2013, p. 70).

A passagem da década de 1980 para a de 1990 marcou o final da Guerra Fria e novos temas e possibilidades passaram a pautar as relações domésticas e internacionais, pois expressavam-se, desse modo, expectativas positivas em relação ao meio ambiente, direitos humanos, paz e democracia. Além disso, a confiança exacerbada na capacidade de crescimento da economia mundial (especialmente com a abertura de novos mercados do Leste europeu, a implantação do neoliberalismo na América Latina e a gradual ascensão da China desde as reformas) contribuía para tal otimismo depositado nos rumos da Rio 92. De Estocolmo ao Rio, houve aprofundamento dos debates ambientais em todos os níveis – governamental, não governamental, acadêmico, empresarial e científico –, conjugados aos novos temas acima citados. Esses passaram a ser debatidos nos níveis comunitários,

---

<sup>13</sup> Ao reunir delegações de 172 países, levou ao Rio de Janeiro 108 Chefes de Estado ou de Governo, sendo credenciados aproximadamente 10.000 jornalistas e representantes de 1.400 ONGs; em paralelo, ocorria o Fórum Global, com membros de 7.000 ONGs.

regionais e nacionais dos países em desenvolvimento (sendo introduzidos de “baixo para cima”, portanto) graças à maior participação da sociedade civil.

A Rio 92 resultou na “Agenda 21”, um compromisso assinado por um conjunto de mecanismos internacionais que buscava envolver governos, empresas e organizações sociais para tratar dos problemas ambientais de maneira mais eficiente. A Agenda 21 tornou-se um plano de ação formulado internacionalmente para ser adotado em escala global, nacional e localmente por organizações do sistema das Nações Unidas, pelos governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Para Louette, organizadora do Compêndio para a sustentabilidade (2008), a Agenda 21

[...] reflete um consenso mundial e compromisso político, que estabelece um diálogo permanente e construtivo inspirado na necessidade de atingir uma economia em nível mundial mais eficiente e equitativa. Constitui a mais abrangente tentativa já realizada de orientação para um novo padrão de desenvolvimento no século 21, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas. A Agenda 21 segue o princípio de “**Pensar globalmente, agir localmente**” (LOUETTE, 2008, p. 52, **grifo nosso**).

A alta expectativa quanto ao resultado efetivo da Rio 92 (de que o desenvolvimento sustentável seria a tônica do mundo pós-Guerra Fria) contribuiu para fomentar uma ilusão que se sobrepôs ao processo de globalização:

O desenvolvimento sustentável não é necessariamente incompatível com a globalização: para muitos, ao contrário, a preocupação com o meio ambiente é uma das consequências da globalização. Entretanto, vários aspectos apontam para as dificuldades que a globalização representa para a tentativa de se impor o desenvolvimento sustentável como novo paradigma, como a incompatibilidade entre o crescimento das empresas transnacionais e a mudança dos padrões de produção e consumo (LAGO, 2013, p. 113-114).

Entre as críticas pontuais que a Rio 92 sofreu estão a Declaração de Princípios sobre Florestas (a qual avalizou aos Estados o direito de aproveitar suas florestas de modo sustentável)<sup>14</sup>, a diminuição do item referente à energia na citada Agenda 21, onde

---

<sup>14</sup> No entanto, tinha-se o propósito de aprovação de uma Convenção Quadro sobre as florestas, mas os principais países possuidores de florestas – incluindo o Brasil –, conseguiram aprovar uma declaração genérica de princípios.

prevaleceu o interesse dos países produtores de petróleo e consumidores de carvão e a pouca discussão sobre o crescimento demográfico.

Apesar do avanço da nova onda de globalização (e de suas consequências econômicas, sociais e políticas, especialmente nos países do Sul Global) desde o início da década de 1990, a pauta ambiental se aprofundou no âmbito das Nações Unidas. Um exemplo da lógica de ampliação da discussão sobre o desenvolvimento sustentável é o Protocolo de Kyoto, que se tornou um instrumento internacional para a redução das emissões de gases poluentes, responsáveis pelo efeito estufa e o aquecimento global. O Protocolo de Kyoto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima entrou oficialmente em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, após ter sido discutido e negociado em 1997, na cidade de Kyoto, Japão, e ratificado em 15 de março de 1998. Na primeira fase do acordo (mais tarde renovado) um cronograma incluído no documento inicialmente previa que os países teriam de 2008 a 2012 para em 5,2% sua emissão de gases poluentes<sup>15</sup>. De maneira mais específica, o mesmo documento aponta alguns objetivos:

ARTIGO 2 - 1. Cada Parte incluída no Anexo I, ao cumprir seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões assumidos sob o Artigo 3, **a fim de promover o desenvolvimento sustentável**, deve:

Implementar e/ou aprimorar políticas e medidas de acordo com suas circunstâncias nacionais, tais como: (i) O aumento da eficiência energética em setores relevantes da economia nacional; (ii) A proteção e o aumento de sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, levando em conta seus compromissos assumidos em acordos internacionais relevantes sobre o meio ambiente, a promoção de práticas sustentáveis de manejo florestal, florestamento e reflorestamento; (iii) **A promoção de formas sustentáveis de agricultura à luz das considerações sobre a mudança do clima**; (iv) A pesquisa, a promoção, o desenvolvimento e o aumento do uso de formas novas e renováveis de energia, de tecnologias de sequestro de dióxido de carbono e de tecnologias ambientalmente seguras, que sejam avançadas e inovadoras (PROTOCOLO, 1998, p. 02, **grifo nosso**).

Em 2002, na Rio+10 ocorrida em Johannesburgo, África do Sul, buscou-se reafirmar os compromissos da década anterior. O contexto da crise financeira – que se arrastava desde 1997/1998 – e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA ofuscaram o encontro. Esses, aliados à adoção dos princípios e resultados do Consenso de Washington e

---

<sup>15</sup> Os gases são dióxido de carbono, gás metano, óxido nitroso, hidrocarbonetos fluorados, hidrocarbonetos perfluorados e hexafluoreto de enxofre (estes últimos três são eliminados principalmente por indústrias).

ao processo da nova globalização pela maior parte dos países em desenvolvimento na década de 1990, minimizaram os resultados dos princípios do desenvolvimento sustentável. Ao procederem assim, evidenciam que o capitalismo atual tende a assumir as características de um capitalismo selvagem, em detrimento da alternativa, mais equilibrada e humanista, proposta pelo desenvolvimento sustentável em seus pilares (econômico, social e ambiental). A esperada diminuição de recursos para aporte militar e o sonhado aumento de aportes em projeto e programas de cooperação bi e multilateral – especialmente para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) – não ocorreram.

Como consta no Informativo da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio +10, obrigou-se os países desenvolvidos a alcançar os níveis convencionados de assistência oficial ao desenvolvimento, apoiar a criação de alianças regionais fortes para promover a cooperação internacional, afirmar que o setor privado também tem o dever de contribuir com o desenvolvimento sustentável e, por último, aderir ao chamamento para a criação de instituições internacionais e multilaterais mais eficientes, democráticas e responsáveis.

Embora tenha havido avanço substancial desde 1992 no que diz respeito às normativas ambientais nacionais e internacionais, à conscientização de governos e sociedades civis e ao debate sobre as mudanças climáticas, o grande obstáculo posto diante da Agenda 21 foi a reticência das partes quanto ao cumprimento dos compromissos. Para Lago,

[...] o descompasso entre a disposição dos governos de negociar e a vontade política de assumir os desafios criou na opinião pública um distanciamento que se justificaria na medida em que os principais atores manifestavam ceticismo nos meses que antecederam a Cúpula. **O sistema multilateral**, que parecia haver-se fortalecido no Rio, **torna-se referência de insucesso pela falta de resultados**: ‘como ocorre frequentemente, nossa compreensão – popular e científica – foi mais rápida do que a nossa resposta política’ (LAGO, 2013, p. 118, **grifo nosso**).

Apesar dos problemas levantados, a ampla participação e colaboração foram importantes para o bom andamento da Cúpula na África do Sul e, conseqüentemente, para o êxito do desenvolvimento sustentável. O relativo sucesso da Rio+10 expressou-se na ênfase a temas de desenvolvimento social (como a erradicação da pobreza, o acesso à água

e aos serviços de saneamento e à saúde<sup>16</sup>). Não se pode deixar de destacar que a realização da Conferência na África do Sul também foi simbólica, perante a nova postura doméstica e internacional do país, desde 1994. A questão da governança também avançou durante a Cúpula, especialmente em um momento no qual estimulava-se setores da sociedade civil a atuarem em projetos que independem de governos – o que, para alguns analistas, foi interpretado como uma “forma de privatizar as Nações Unidas, diminuindo a intervenção governamental e dando à iniciativa privada, às ONGs e à sociedade civil a capacidade de efetivamente acelerar os avanços na área ambiental” (LAGO, 2013, p. 133). Não resta dúvida que as ONGs saíram fortalecidas de Johannesburgo, assim como o setor empresarial se mostrou mais atento às mudanças ambientais, muito em razão do processo de globalização avançado. Ou seja, o sistema pós-Rio+10 era um mundo caminhando para ser globalizado, mas ainda sem uma transição clara para o Desenvolvimento Sustentável. Mesmo com essas conquistas, a Conferência foi considerada a menos produtiva das reuniões ambientais internacionais, porque os debates se focaram mais em geopolítica e as questões ambientais foram postas em segundo plano.

O “Relatório Stern” de 2006 representou um esforço de resposta ao impasse que se recolocava após 2002: concordando com os ambientalistas e economistas ecológicos, o Relatório assumiu a necessidade de identificar uma escala sustentável considerando-se uma elevação máxima de temperatura de 2º C no globo terrestre. O Relatório Stern (em razão de seu autor Nicholas Stern, economista britânico do Banco Mundial) foi um estudo encomendado pelo governo britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas pelas próximas cinco décadas<sup>17</sup>. Uma de suas principais conclusões foi que com um investimento de apenas 1% do PIB mundial seria possível evitar a perda de 20% do mesmo PIB num prazo de simulação de 50 anos. Stern rejeitou a ideia de crescimento zero como solução para o problema ambiental. Com uma abordagem que se assemelha à dos ecodesenvolvimentistas, Stern propôs um conjunto de políticas ambientais capazes de levar

---

<sup>16</sup> Assim, acordou-se reduzir à metade, para o ano 2015, a proporção de pessoas cuja renda seja inferior a US\$1 por dia; a de pessoas que sofrem de fome e a de pessoas que não têm acesso a água potável; e, por fim, fortalecer a contribuição do desenvolvimento industrial à erradicação da pobreza, garantindo, ao mesmo tempo, a proteção do meio ambiente.

<sup>17</sup> O Relatório foi apresentado em 30 de outubro de 2006. Com mais de 700 páginas, foi um dos primeiros estudos sobre o assunto encomendados por um governo a um economista e não a um cientista da área.

em conta o risco ambiental, mas com baixo “*trade-off*”<sup>18</sup> entre crescimento econômico e meio ambiente. Diferentemente, no entanto, ele apresenta essas políticas tendo como referência um quadro de cenários macroeconômicos em relação aos quais são estimados os custos ambientais da inação (conforme RIBEIRO, 2012).

Nesse ambiente de avanços e recuos, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, se realizou em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. O objetivo da Conferência foi revigorar o compromisso com o desenvolvimento sustentável a partir da avaliação dos avanços e retrocessos na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas anteriores. O evento teve dois temas principais, a economia verde e a estrutura das instituições e buscou a discussão das lacunas no cumprimento de compromissos anteriores, estabelecidos na Rio 92 e na Rio+10<sup>19</sup>.

Comparativamente, a Rio+20 foi muito diferente da Rio 92 em vários aspectos, pois o sistema mundial do imediato pós-Guerra Fria, a nova onda liberal e o entusiasmo no processo da nova onda da globalização favoreceram as negociações e articulações em torno do tema ambiental, num viés multilateral amplamente aceito pelos países partes. Além disso, o conceito de Desenvolvimento Sustentável saiu fortalecido e consolidado da Cúpula. Já na Rio+20, o contexto político e econômico mundial era de crise financeira desde 2008, o que gerou instabilidades e incertezas e colocou em xeque inclusive o processo multilateral por parte dos países desenvolvidos. Conduzida pela presidência brasileira, a Rio+20 buscou representar, no contexto acima exposto, a retomada da discussão em torno do desenvolvimento sustentável, como afirmou a Presidente Dilma Rousseff no discurso de abertura da Rio +20:

Somos governantes deste planeta. Pelas nossas mãos passam decisões políticas que impactam o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental. Temos a responsabilidade, perante a História e perante os nossos povos, de fazer da Rio+20 o momento de firmar compromissos com a vida, com o bem-estar das pessoas, com o bem-estar de milhões de homens e mulheres que habitam este planeta. Compromisso que será concretizado com o desenvolvimento sustentável

---

<sup>18</sup> “Trade-off” pode ser traduzido livremente como “relação de compromisso” ou “perde-e-ganha”. O termo se refere, geralmente, a perder uma qualidade ou aspecto de algo, ganhando em troca outra qualidade ou aspecto.

<sup>19</sup> Os pontos desatendidos afetavam especialmente setores sensíveis para os países em desenvolvimento, como segurança alimentar, agricultura, acesso à água, energia, cidades e transportes, oceanos, saúde, emprego, biodiversidade e produção e consumo sustentáveis.

que se pode traduzir em três palavras: **crescer, incluir e proteger** (ROUSSEFF, 2012, s/p, **grifo nosso**).

No documento final do encontro, intitulado “O futuro que queremos”, constam os principais objetivos e metas a serem seguidos pelos Estados-membros da ONU<sup>20</sup>. Além do documento final, o evento produziu o legado da criação do Centro Rio+ (Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável), com sede no Rio de Janeiro (parceria entre o governo brasileiro e o PNUD, prefeitura e Estado do Rio de Janeiro, setor privado, academia e outras entidades da sociedade civil). Criou-se ainda o documento “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS), um processo intergovernamental proposto pelo Brasil que foi concluído em agosto de 2015. Iniciado em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS foram concebidos para orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional pelos próximos quinze anos. A medida sucedeu e atualizou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O Brasil participou de todas as sessões da negociação intergovernamental. Chegou-se a um acordo que contempla 17 Objetivos e 169 metas e envolve temáticas diversificadas tais como: erradicação da pobreza; segurança alimentar e agricultura; saúde; educação; igualdade de gênero; redução das desigualdades; energia, água e saneamento; padrões sustentáveis de produção e de consumo; mudança do clima; cidades sustentáveis; proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres; crescimento econômico inclusivo; infraestrutura e industrialização; governança, e meios de implementação<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Compreendido pelos analistas como um alicerce para avanços futuros, o documento possui um tom político claro e retoma os compromissos da Agenda 21. Em paralelo à Conferência, ocorreram os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, onde aproximadamente 60 mil pessoas, virtual e presencialmente, discutiram temas da agenda do desenvolvimento sustentável em uma plataforma online criada em parceria com o PNUD e universidades brasileiras e estrangeiras.

<sup>21</sup> Os ODS são: “Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares / Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável / Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades / Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos / Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas / Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos / Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia / Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos / Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação / Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles / Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis / Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis / Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a

Os ODS atualizam e complementam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançados em 2000 e renovados em setembro de 2015, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Nova Iorque. Propôs-se ali a Agenda 2030, intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Nela constam uma Declaração, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável já mencionados e 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e uma renovada parceria mundial, além de um mecanismo para avaliação e acompanhamento<sup>22</sup>.

2015 foi importante para a pauta do Desenvolvimento Sustentável. Realizaram-se nesse ano três Conferências importantes: a 3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que ocorreu em Adis Abeba, em julho; a 21ª reunião da Conferência dos Partidos sobre as mudanças climáticas em Paris, do final de novembro a início de dezembro; e, especialmente, a reunião dos Chefes de Estado e de Governo da AGNU sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro, em Nova Iorque.

No âmbito da política internacional, o tema do Desenvolvimento Sustentável se consolidou como um delicado – porém necessário – equilíbrio entre os países desenvolvidos, de um lado, e os em desenvolvimento e subdesenvolvidos, do outro. Há um claro princípio atuante no debate, que atribui responsabilidades comuns às partes, ao mesmo tempo em que as diferencia em relação aos compromissos que cada uma delas pode efetivamente colocar em prática.

---

mudança do clima e os seus impactos / Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável / Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade / Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis / Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2016, p.1).

<sup>22</sup> A agenda mostra-se como documento único, claro e com metas pontuais, direcionado aos Estados desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, reconhecendo que o fim da pobreza deve caminhar em paralelo a um crescimento econômico que responda às necessidades sociais (como educação, saúde, proteção social, oportunidades de trabalho, entre outros) ao mesmo tempo em que aborda as mudanças climáticas e proteção ambiental.

### Considerações finais

O artigo analisou os principais eventos globais (conferências, encontros, Relatórios) que contribuíram para o surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade, além de apresentar os principais autores e referenciais teóricos da área. Ficou claro que a maioria dos esforços no sentido de “humanizar” as noções de desenvolvimento partiu do sistema das Nações Unidas (e de acadêmicos ligados a ele). Esse foi o caso especialmente a partir da década de 1970, com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, a ONU se envolveu diretamente no aprofundamento da discussão sobre o Desenvolvimento Sustentável, buscando levá-la a todos os seus Estados-membros, o que foi fundamental para o avanço da pauta ambiental na agenda internacional, consolidando-a como agenda científica, político-econômica e social.

Nesse breve retrospecto das conferências da ONU, nota-se que são dois os principais focos de discussão sobre os efeitos do esgotamento do desenvolvimento tradicional: a) a urgência em reduzir o crescimento econômico ou configurá-lo a partir de um modelo que privilegie a diminuição da exploração de matérias-primas ou a busca de alternativas menos impactantes, e b) a importância de conceder ao ambiente o estatuto de domínio em si mesmo, o qual deve ser pensado enquanto esfera distinta dos domínios econômicos, jurídico, político (VARGAS; ARANDA; RADOMSKI, 2016).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é muito amplo e, ao longo das décadas, assumiu formas ora mais progressistas, ora mais conservadoras. Não obstante, todas partiram da premissa de que é preciso haver uma relação triangular equilibrada entre economia-sociedade-ambiente. Nessa relação, a diminuição (e erradicação) das desigualdades sociais se torna a base da instrumentalização do Desenvolvimento Sustentável e o ser humano é, nesse processo, revalorizado.

Em paralelo ao papel ativo das Nações Unidas desde a década de 1970 e à realização das citadas Conferências e reuniões preparatórias que acabaram por internalizar nos Estados o tema ambiental, consolidou-se uma nova e complexa compreensão sobre o desenvolvimento, especialmente no meio acadêmico. Procuramos mostrar que os eixos

dessa mudança de perspectiva são os conceitos de ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, até a introdução da concepção de “desenvolvimento humano”<sup>23</sup> no debate.

Amartya Sen (2000, p. 28) argumenta que o desenvolvimento é um processo no qual se observa o aumento das liberdades de escolha individuais. Prova disso, para ele, é a própria riqueza, que em vez de conter valor em si mesmo na verdade nada mais é do que um meio para se alcançar a felicidade, pela expansão ilimitada das liberdades de escolha. Assim, tem-se que o mero crescimento econômico não pode ser o objetivo único de nenhum governo, pois ele por si só não é capaz de promover o bem-estar.

Na visão de Sen, o crescimento não pode sequer ser visto como base do desenvolvimento, pois ambos os processos seriam complementares: a expansão das liberdades de um indivíduo acarreta o aumento de suas capacidades, tais como trabalhar, auferir renda e consumir. Longe de se ater a uma abordagem meramente moral, Sen defende que o fim das desigualdades a partir da expansão das liberdades individuais é um elemento propulsor do crescimento econômico, além de ser o objetivo máximo de qualquer política de desenvolvimento<sup>24</sup>.

Já Serge Latouche, economista e filósofo francês, criticou a noção de Desenvolvimento Sustentável ao defender que essa justaposição das próprias noções de ‘desenvolvimento’ e de ‘sustentável’ à guisa de conceito não é mais que um jogo de palavras retórico. Para ele, a crise ambiental é sintoma da ineficácia do sistema capitalista, cuja premissa máxima é o crescimento pelo crescimento, numa acumulação ilimitada de capital. O autor propõe um decrescimento que se basearia no tripé de divisão e redistribuição de recursos, a partir de uma ética baseada em: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> O termo tem origens no trabalho teórico do paquistanês Mahbub Ul Haq, com a colaboração do indiano Amartya Sen. A ideia de desenvolvimento humano surge dentro de um contexto maior de ocorrência de diversas convenções e conferências internacionais de teor humanista realizadas durante a chamada “década social”. Encomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Relatório de Desenvolvimento Humano deu início, em 1990, a uma série de publicações anuais, as quais passaram – por meio do “Índice de Desenvolvimento Humano”, IDH – a monitorar os processos de desenvolvimento no mundo.

<sup>24</sup> O autor traça uma estratégia de desenvolvimento de caráter interdisciplinar que contém cinco dimensões: oportunidades econômicas, liberdades políticas, facultades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, todas interdependentes (SEN, 2000, p. 18).

<sup>25</sup> Sugere também o fortalecimento dos saberes locais e a construção de Universidades populares.

Esses autores trabalham com o tema de forma interdisciplinar com o objetivo de compreender a própria evolução e complexidade do conceito no sentido de identificar se há uma alternativa ao desenvolvimento tradicional. Ainda que apresentem críticas pontuais, suas posições no debate convergem em um aspecto fundamental: identificam o papel do ser humano nas ações que visam ao desenvolvimento, e fazem-no tendo em seu horizonte a diminuição das desigualdades sociais e entre regiões do mundo. Esse ângulo comum, produto de discussões conduzidas no meio acadêmico, informou muitas das discussões políticas no seio das Nações Unidas, especialmente desde a Rio+20, com os ODS e a Agenda 2030.

Por fim, os principais desafios do desenvolvimento sustentável são integrar economia, sociedade e ambiente de forma inseparável e considerar as consequências do presente para o futuro no que concerne à conscientização e o envolvimento da comunidade internacional. A trajetória de sociedade alguma deveria ocorrer de forma padronizada; em vez disso, cada sociedade deveria poder evoluir enquanto mantém características e experiências locais conducentes ao bem-estar (valorização dos saberes locais).

Não resta dúvida de que, por um lado, as Nações Unidas deram visibilidade e relevância ao tema ambiental no sistema mundial, por outro lado, também se constatou que as discussões avançaram profundamente no contexto político-econômico e foram relativamente minimizadas no aspecto científico-acadêmico, num jogo de avanços e retrocessos. Assim, as Conferências organizadas pela ONU não foram apenas ambientais, mas assumiram progressivamente um tom político; tal procedimento seguiu de perto as mudanças do sistema mundial, a partir da Rio 92. Na Rio+20, essa conjugação dual aproximou-se de se converter em uma única pauta, cuja força se comprovou no documento “O futuro que queremos”. Os ODS e Agenda 2030 podem se tornar, dependendo da vontade política dos Estados-partes, um significativo instrumento de estímulo, implementação e medida dos progressos da integração dos pilares econômico, social e ambiental, que são a base do desenvolvimento sustentável.

Embora possa parecer pouco do ponto de vista das análises da implementação e dos resultados efetivos, os avanços na temática ambiental desde a década de 1970 são notórios. Tanto a academia quanto a sociedade civil têm desde então dado ocasião a

discussões qualificadas e pertinentes a esse interesse. Essa abertura, por sua vez, permite viabilizações político-econômicas e, especialmente, melhor compreensão geral da necessidade de implementar os ODS como instrumentos essenciais e práticos para um mundo futuro onde o desenvolvimento sustentável seja a base para diminuir as desigualdades sociais.

*Recebido em 16 de abril de 2020. Aprovado em 3 de junho de 2020.*

### Referências bibliográficas

- AGENDA 2030. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2018.
- CASSOL, Abel; NIEDERLE, Paulo André. Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latinoamericano. In.: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.) **Introdução às teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016, pp. 29-37.
- CESCO, Susana; MOREIRA, Roberto José; DE LIMA, Eli de Fátima Napoleão. **Interdisciplinaridade, entre o conceito e a prática**: Um estudo de caso. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n° 84, 2014, pp. 57-71.
- DERVORT, Thomas R. van. **International Law and Organization** – an introduction. London: Sage Publications, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**: Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, 2008, v.10 nº1, p. 41-62.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GUTIERREZ-ESPELETA, Edgar E. Indicadores sociales: una breve interpretación de su estado de desarrollo. In.: SOJO, Carlos (org). **Desarrollo social en America Latina**: temas y desafios para las políticas públicas. San Jose, Costa Rica. FLACSO: Banco Mundial, 2002.

- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2018.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasil: FUNAG, 2013.
- LOUETTE, Anne (org.) **Compêndio para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Globo, 2008. Disponível em: <<http://www.institutoatkwhh.org.br/compendio/pdf/novo/compendio2008parte1.pdf>> Acesso em: 27 out. 2017.
- LATOUCHE, Serge. Existirá uma vida após o desenvolvimento? **Estudos de Sociologia**, Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, 2014, pp. 217-230.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente: O Brasil e a preparação da Conferência de Estocolmo** (mimeo). Brasília, 1972.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf)> Acesso em: 25 fev. 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), Rio+20, United Nations Conference on Sustainable Development, 2012. Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at\\_download/the-future-we-want.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf)> Acesso em: 28 out. 2017.
- PROTOCOLO de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, 1998. Disponível em:

<[http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo\\_Quioto.pdf](http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quioto.pdf)> Acesso em: 31 out. 2017.

REDCLIFT, Michael. Desenvolvimento sustentável (1987-2005) – um oxímoro atinge a maioria. **Ecodebate**, 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/02/23/desenvolvimento-sustentavel-1987-2005-um-oximoro-atinge-a-maioridade-artigo-de-michael-r-redclift/>> Acesso em: 30 out. 2017.

RODRIGO, Ángel J. El desarrollo sostenible como uno de los propósitos de las Naciones Unidas. in RAFOLS, Xavier Pons (org.) **Las Naciones Unidas desde España**. Barcelona: Asociación para las Naciones Unidas en España, 2015. p. 265-291.

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v.26, n.74, pp. 65-92, 2012.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura protocolar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)**, 20 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-abertura-protocolar-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel-rio-20>> Acesso em: 10 mar. 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda e CAMPOS, Lucila M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente e Sociedade**, v.17, n.1, 2014, pp. 01-22.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. Do ecodesenvolvimento ao conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland, da ONU, documento que coloca temas como necessidades humanas e de crescimento econômico dos países, pobreza, consumo de energia, recursos ambientais e poluição. **Em discussão.** s/d. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>> Acesso em: 29 out. 2017.

VARGAS, Felipe; ARANDA, Yara Paulina Cerpa; RADOMSKY, Guilherme F. W. Desenvolvimento sustentável: Introdução histórica e perspectivas Teóricas. NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (Org.) **Introdução às teorias do Desenvolvimento.** Porto Alegre: UFRGS, 2016. (p. 99-107).